



13 DE JUNHO DE 2012

Censo 2010 - A Cidade do Rio de Janeiro

APRESENTAÇÃO DE SÉRGIO GUIMARÃES, DIRETOR DE INFORMAÇÕES DA CIDADE DO
INSTITUTO PEREIRA PASSOS



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE

Ata da Reunião de 13 de junho de 2012

Nesta data, reuniu-se, por convocação da Presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP, o Conselho Estratégico de Informações da Cidade, órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com a seguinte pauta:

➤ **Censo 2010 – A Cidade do Rio de Janeiro** - apresentação de Sérgio Guimarães, diretor de Informações da Cidade do Instituto Pereira Passos

A reunião realizou-se na sede do IPP com a presença dos conselheiros abaixo assinados e contou, também, com a participação de Luís Antônio Oliveira (IBGE), Secretária Municipal de Fazenda, Eduarda La Rocque, estagiário Henrique Rabelo, Juliana Gonçalves, Maína Celidônio, Felipe Mendonça, Alcides Carneiro, Marcelo Pessoa, Leandro Rocha, Gustavo Lopes, Adriano Além, Fernando Cavallieri, Vânia R. A. da Silva (IPP).

O presidente do Conselho de Informações da Cidade, Mauro Osório, abriu a sessão informando que, Eduarda La Rocque, futura presidente do IPP, solicitou que a reunião do Conselho do mês de julho fosse na terceira quarta-feira do mês, a saber, dia vinte e cinco de julho.

Ricardo Henriques informou que estará deixando a presidência do IPP no dia primeiro de agosto, quando assumirá no Instituto Unibanco. Informou que na próxima reunião, ele e Eduarda La Roque estão presentes, serão apresentados os conselheiros, realizada avaliação e apresentadas perspectivas para o Conselho até o fim do ano. Jailson dos Santos propôs que fosse discutido o papel e os objetivos do Conselho.

Em seguida, Mauro Osório passou a palavra ao palestrante.

➤ **Censo 2010 - A Cidade do Rio de Janeiro** - apresentação de Sérgio Guimarães

Serão apresentados os dados do Censo Demográfico 2010 disponíveis para a Cidade do Rio de Janeiro.

Os dados utilizados para a produção dessas análises têm como base dois questionários: o Universo (questionário curto) e a Amostra (questionário longo).

Através das respostas obtidas pelo questionário Universo, foram analisadas: 1) variáveis de domicílios: dados referentes à água, esgoto, lixo e luz (acesso e forma de acesso) etc; 2) variáveis de pessoas: analfabetismo, óbitos etc. Para este questionário, foi possível obter dados com recorte territorial até do setor censitário. Assim, depois de um longo processo de compatibilização e checagem das inconsistências, foram realizadas comparações entre setores normais e subnormais, entre bairros, municípios e regiões metropolitanas, tendo como fonte o sistema SIDRA/IBGE.

Para a análise dos dados do questionário Amostra, o Município foi dividido em áreas de ponderação. Para se constituir uma área de ponderação, era necessário que a área pertencesse à mesma Região Administrativa. Na produção dos microdados, foram feitas, pelo menos, quatrocentas entrevistas em cada área. Os cento e sessenta bairros da Cidade existentes no ano de 2010 foram divididos em 104 áreas de ponderação. O bairro de Bangu, por exemplo, possuía mais de uma área de ponderação. Através dos dados resultantes da amostra, foram analisadas as variáveis: renda domiciliar per capita, renda do trabalho, ocupação (margem extensiva e intensiva, por tipo), escolaridade, analfabetismo infantil, distorção série-idade, frequência. Estes dados foram estratificados por cor, sexo e recorte geográfico (área de ponderação, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, cidade do Rio de Janeiro, Áreas de Planejamento - AP). Haverá apresentação de resultados sobre demografia, razão de óbitos, renda, mercado de trabalho, educação, juventude, condições de vida e infraestrutura.

A maior parte dos dados sobre analfabetismo infantil e a razão de óbitos é dada pelo questionário Universo, enquanto que a Amostra permite verificar as diferenças entre público e privado, distorções série x idade e a porcentagem de pessoas que frequentam escola ou creche, por faixas etárias recortados geograficamente.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Em relação à infraestrutura, estratificou-se o universo para se poder realizar comparações entre os setores normais e os subnormais. Com os dados da amostra, não é possível analisar a situação dos setores subnormais.

➤ **Demografia**

No Censo 2010, registrou-se que a cidade do Rio de Janeiro possuía, naquele ano, 6,32 milhões de habitantes enquanto que no Brasil havia 190 milhões. Em relação ao número de domicílios, tinha-se 2,1 milhões na cidade do Rio de Janeiro e 57,3 milhões no Brasil. Com isso, a razão de habitantes por domicílio era de 2,9 na cidade do Rio de Janeiro e 3,3 no Brasil.

Mauro Osório informou que algumas áreas de favela possuem alta densidade como, por exemplo, a Rocinha, em que ocorrem situações como três pessoas utilizando uma mesma cama em turnos diferentes. O palestrante sugeriu que na apresentação do Conselho sobre favelas fossem apresentados os dados referentes à densidade dessas áreas produzidos pelo Instituto Pereira Passos. Mário Osório sugeriu que participassem dessa reunião o SEBRAE e alguns acadêmicos que discutem o tema como Giuseppe Cocco, Marco Cavalcanti e Pedro Abramo.

Classificada por raça ou cor, observou-se que, no Rio de Janeiro, 51,2% da população era branca; 11,5%, preta e 36,5%, parda. Enquanto isso, no Brasil, 47,7% da população era branca; 7,6%, preta e 43,1%, parda. Ou seja, existem mais pessoas que se declaram brancas na cidade do Rio de Janeiro do que no Brasil como um todo.

O Censo também registrou uma razão de sexo de 88 homens para 100 mulheres enquanto que no Brasil essa relação era de 96 homens para 100 mulheres.

Ao observar a distribuição da população por sexo segundo grupos de idade, constata-se que o envelhecimento da população continua, ou seja, as faixas intermediárias de idade estão aumentando seu percentual. O percentual de homens com menos de 24 anos na Cidade do Rio de Janeiro passou de aproximadamente 20,1% em 2000 para 17,5% em 2010 e o de mulheres de 19,8% para 17,1%. Enquanto isso, os homens entre 25 e 59 anos que, em 2000, representavam 21,8% da população, em 2010 passaram a 23,6%. O de mulheres passou de 25,3% para 26,8%.

Alcides Carneiro informou que as mortes estão aumentando porque está crescendo o número de idosos. E o número de nascidos não está acompanhando o número de mortos.

Luís Antônio informou que o aumento do número de jovens pode ser resultado de migrações, tendo em vista que no Brasil não houve queda do número de jovens.

Mauro Osório informou que, com o novo perfil demográfico, seria necessário pensar novas lógicas urbanas como, por exemplo, o adensamento de áreas já infraestruturadas em vez de expandir a Cidade para novas áreas, gerando mais custos com infraestrutura. O palestrante sugere que seria interessante realizar uma discussão sobre o impacto das mudanças demográficas sobre as políticas públicas.

Mauro Osório sugeriu localizar geograficamente as demandas por creches e escolas e, também, transformar algumas escolas de ensino fundamental em ensino médio em áreas que houvesse grande demanda. Informou, também, que a população em idade de trabalhar vem decrescendo na cidade do Rio de Janeiro.

O IPP está contratando o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) para realizar um estudo demográfico da cidade do Rio de Janeiro e, talvez fosse interessante aprofundar com um estudo sobre migrações. O Censo do IBGE não trabalha com dados sobre migração interna à Cidade. A Pesquisa de Condições de Vida (PCV) poderia tratar desse tema.

Mauro Osório disse que essa análise poderia auxiliar para avaliar o aumento da migração dentro do município em função da grande valorização imobiliária propiciada pelos grandes eventos e instalação das UPPs, dentre outros.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

➤ **Razão de óbitos**

A razão de óbitos por grupos de cem mil habitantes das capitais era bem inferior à do Brasil em 2010. Entretanto, quando se trata de Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), a razão de óbito em diversos municípios está acima da média do Brasil, como Tanguá, Paracambi, Guapimirim etc.

Os 15 bairros com razão de óbitos infantil por grupos de cem mil habitantes entre bairros com mais de quinhentas crianças com menos de um ano eram em ordem decrescente: Senador Camará, Cidade de Deus, Guadalupe, Irajá, Brás de Pina, Santa Cruz, Olaria, Penha, Sepetiba, Realengo, Inhoaíba, Jacarepaguá, Paciência, Cordovil e Bangu.

A razão de óbitos de 15 a 24 anos por grupos de cem mil habitantes em 2010 era maior no Rio de Janeiro do que na média do Brasil. Os municípios da RMRJ apresentavam razões ainda maiores.

➤ **Educação**

• **Frequência**

Entre 2000 e 2010, houve um aumento expressivo da frequência à creche e escola na faixa entre 0 a 5 anos. Na faixa de 15 a 19 anos, a frequência à escola continuou baixa sem progresso.

Comparando a cidade do Rio de Janeiro com a cidade de São Paulo, observa-se que, em 2010, a porcentagem de pessoas que frequentavam escola ou creche no Rio de Janeiro ainda estava abaixo de São Paulo na faixa de 0 a 3 anos. Entretanto, na faixa entre 4 e 5 anos (pré-escola), o Rio de Janeiro apresentava uma porcentagem superior à São Paulo. Então, conclui-se que a educação infantil pública no Rio de Janeiro precisa melhorar.

As porcentagens de pessoas negras que frequentam escola ou creche era menor que as dos brancos para todas as faixas etárias, contudo essa diferença era menos expressiva nas faixas de 6 a 10 anos e de 11 até 14 anos.

Não existe uma diferença expressiva na porcentagem de mulheres e homens de 0 a 19 anos que frequentam escola ou creche. E, surpreendentemente, homens e mulheres se equivalem na taxa de evasão 15-19 anos.

A porcentagem de crianças de 4 ou 5 anos que frequentavam a escola era, em 2010, de 89,0% na AP1; 93,8%, na AP2; 88,4% na AP3; 86,9% na AP4 e 85,8% na AP5. Enquanto isso, a porcentagem de crianças de 0 a 3 anos que frequentavam a creche era de 38,2% na AP1; 51,1% na AP2; 32,7% na AP3; 34,5% na AP4; e 28,3% na AP5. Ou seja, na faixa 4-5 anos, não houve muita variação entre as APs, mas na faixa 0 a 3 anos, observou-se uma diferença maior entre as APs.

Observando a porcentagem de crianças de 0 a 3 anos que frequentavam escola ou creche divididos por bairros ou grupos de bairros em 2010, no grupo Guaratiba, Pedra de Guaratiba, Barra de Guaratiba e no bairro de Parque Anchieta, menos de 20% de crianças nessa faixa etária frequentam creche.

Se for realizado um cruzamento do mapa com a porcentagem de crianças de 0 a 3 anos de idade que frequentavam creche ou pré-escola em 2010, com os pontos referentes às creches inauguradas na última gestão, constata-se que o investimento está bem focalizado para as áreas onde a demanda é maior, como em Santa Cruz, que recebeu muitos investimentos. Esse mapa foi gerado utilizando-se as dez áreas programáticas da Saúde: AP1, AP2.1, AP2.2, AP3.1, AP3.2, AP3.3, AP4, AP5.1, AP5.2 e AP5.3.

Eduarda La Rocque questionou não ter sido utilizada as dezesseis Regiões de Planejamento (RP) na elaboração do mapa. O palestrante informou que as Áreas Programáticas são bem didáticas, mas que poderia, futuramente, fazer um mapa com as dezesseis RPs.

Fernando Cavallieri esclareceu que essas Regiões de Planejamento são utilizadas para macro planejamento. Antes eram seis, depois passaram para cinco Áreas de Planejamento divididas em função da homogeneidade territorial e características históricas, econômicas e sociais. Foi criada uma nova divisão com dezesseis Regiões de Planejamento. Entretanto, as RAs e APs não acabaram e ainda se pode utilizar essas divisões administrativas.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

A Fundação João Pinheiro está calculando o IDH dividido por Subprefeitura.

O conselheiro Jailson de Souza disse que, caso houvesse uma descentralização do orçamento, esta teria que ter como referência as dezesseis Regiões de Planejamento. Mauro Osório acredita que quanto mais se institucionalizar o orçamento e o planejamento será melhor. Defendeu a criação de um orçamento territorializado e uma secretaria de planejamento na prefeitura do Rio de Janeiro.

- **Analfabetismo**

Considerando a taxa de analfabetismo por faixa etária na cidade o Rio de Janeiro, nota-se uma queda expressiva na faixa 8-9 anos entre os anos de 2000 e 2010. O número de pessoas que não sabe ler nem escrever caiu de 8,8% para 7,3%.

Analisando as demais faixas etárias, tem-se que, na faixa de 10-14 anos, há uma queda de 2,3% em 2000 para 2,0% em 2010, e na faixa de 15 anos ou mais, o analfabetismo caiu de 4,4% para 2,9%. Isso pode ter ocorrido devido aos programas de aceleração voltados para jovens e adultos.

Jailson de Souza esclareceu que até oito anos de idade, a criança já teria que saber ler e escrever.

Mauro Osório enfatizou que, no Rio de Janeiro, o número de jovens de 15 a 24 anos sem estudar e trabalhar é grande. O Ensino Médio tem uma qualidade muito pior que o Ensino Fundamental, o jovem acaba não ingressando no Ensino Médio, pois a escola não o motiva. Tratando-se dos setores subnormais, muitos não possuem escola de Ensino Médio, como na Cidade de Deus. No Alemão, só agora foi contemplado com uma.

Jailson de Souza disse que, como estão aumentando os programas de aceleração para jovens e adultos, a estatística em três ou quatro anos, deverá estar muito melhor que a atual. Atualmente, o ensino médio no Rio de Janeiro é considerado pior que o do Piauí.

Considerando a taxa de analfabetismo por faixa etária no ano de 2010, observa-se que a cidade do Rio de Janeiro e São Paulo apresentavam resultados semelhantes. Um resultado interessante é que o idoso do Rio de Janeiro é mais escolarizado que o de São Paulo. Entretanto, na faixa etária 8-9 anos, apesar da queda, a taxa de analfabetismo permanece acima da registrada em São Paulo. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro tem uma taxa maior que as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo para todas as faixas etárias.

Em todas as Áreas Programáticas da Saúde, a taxa de analfabetismo na área de não-favela está acima dos 10%. Quando se compara a taxa de analfabetismo entre favela e não-favela, as taxas das piores áreas de não-favela são menores que as taxas das melhores áreas de favela, com exceção da área de não-favela da AP5.3 (10,6%), que apresenta uma taxa parecida com as áreas de favela da AP2.1 (10,1%). O programa Favela Bairro fez com que muitas favelas da AP2.1 recebessem creche. A atual gestão também tem construído creches próximas às favelas. O investimento está bem focalizado, entretanto, em muitas delas, ainda faltam vagas.

Apesar da AP5 ter apresentado o pior quadro, os investimentos do programa Minha Casa, Minha Vida continuam sendo direcionados para lá.

Analisando a taxa de analfabetismo por dependência administrativa na Cidade do Rio de Janeiro em 2010, observa-se que a taxa de analfabetismo na faixa etária 8-9 anos no ensino público (7,7%) era aproximadamente sete vezes maior que no ensino privado (1,7%).

Jailson de Souza disse que expressando dessa forma parece que as escolas particulares são boas, mas é um absurdo que, no ensino particular, haja uma taxa de 1,7% nessa faixa etária.

A taxa de analfabetismo do negro (8,0%) era o dobro da do branco (4,0%) na faixa etária 8-9 anos na Cidade em 2010, e aproximadamente o dobro para 10-14 anos e 15 ou mais.



Jailson de Souza informou que os indicadores sociais, econômicos e trabalhistas do negro e do pardo se aproximaram na última década.

- ***Distorção série-idade***

A diferença da taxa de distorção série-idade do Ensino Fundamental por sexo na Cidade do Rio de Janeiro em 2010 é pequena.

A porcentagem de crianças de 8 ou 9 anos analfabetas era maior nas APs 5 e 1 em 2010.

Considerando a taxa de distorção no Ensino Fundamental do 6º ao 9º por bairros ou grupos de bairros na cidade do Rio de Janeiro em 2010, observa-se que esta era maior que 40% em Manguinhos, Rocinha, Cidade de Deus, Benfica, Mangueira, Costa Barros, Barros Filho, Vigário Geral, Ricardo de Albuquerque e Complexo do Alemão.

Aproximadamente um terço das pessoas de seis a nove anos na escola pública apresenta dois anos ou mais de atraso, ou seja, o aluno entrou na escola com um ano de atraso ou repetiu.

Jailson de Souza salienta que a representação social da educação pública e privada em termos de qualidade é diferente. Mesmo que a escola pública seja melhor, no imaginário social o particular apresenta sempre mais qualidade.

- **Juventude**

Manteve-se constante a porcentagem de jovens que trabalham (40%) entre 2000 e 2010. Aumentou a porcentagem dos jovens que não estudam e não procuram emprego (de 13% para 16%) e os que estudam e não procuram emprego cresceu de 30,6% em 2000 para 34,9% em 2010.

Jailson de Souza informou que, em muitas favelas, existem jovens que entram na categoria dos que não trabalham nem estudam, mas ganham bolsas para atuarem em projetos sociais.

Analisando a porcentagem de jovens entre 15 e 24 anos que não estudam nem trabalham divididos pelas dez Áreas Programáticas em 2010, observa-se que nas AP3.1 (25,3%), AP5.1 (24,9%), AP5.2 (21,9%) e AP5.3 (27,9%), a porcentagem, em 2010, estava acima da média da Cidade.

Mauro Osório informou que, segundo dados da FIRJAN, 36% dos jovens do Batan não trabalham nem estudam.

O desemprego dos jovens é maior se comparado às demais faixas etárias. Esse padrão é comum em diversos países. Nos EUA, a taxa de desemprego entre 20-24 anos é de 14,6% comparado a 7,9% entre 25 e 54 anos. No Rio de Janeiro, essas taxas são respectivamente de 14,25% e 5,76%. Entretanto, enquanto nos EUA o desemprego entre 20-24 anos é 85% maior que o desemprego entre 25-54 anos; no RJ o desemprego entre 20-24 anos é 147% maior do que o desemprego entre 25-54 anos.

Dentre as dez Áreas Programáticas, as que apresentam situações piores em relação à média da Cidade quanto à porcentagem de jovens desempregados em 2010 foram: AP3.2 (17,9%), AP5.1 (18,4%), AP5.2 (20,8%) e AP5.3 (23,3%).

- **Renda**

Maína Celidônio disse que considerando a linha de pobreza IPEA/IBGE/CEPAL 1997 deflacionada para 2010, a porcentagem de pobres caiu em todas as capitais do país entre 2000 e 2010. Em Recife caiu de 15,1% para 8,1%; em Curitiba, de 15,3% para 7,4%; em Belo Horizonte, de 17,7% para 9,3%; em São Paulo, de 20,3% para 17,3%; em Porto Alegre, de 21,5% para 15%; no Rio de Janeiro, de 22,0% para 17,3%; em Brasília, de 23,6% para 12,7%; em Salvador, de 44,1% para 27,9% e, em Recife, de 46,9% para 31,7%.

Informou, também, que considerando a linha pobreza como meio salário mínimo, a porcentagem de pobres diminuiu em todas as capitais do país entre 2000 e 2010. Em Curitiba caiu de 19,7% para 10,2%; em Porto Alegre,



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

de 21,1% para 14,8%; em São Paulo, de 22,9% para 20,0%; no Rio de Janeiro, de 24,4% para 20,7%; em Vitória, de 25,4% para 15,0%; em Belo Horizonte, de 27,5% para 16,1%; em Brasília, de 29,7% para 18,3%; em Salvador, de 48,0% para 33,3% e, em Recife, de 48,5% para 35,4%.

Maína Celidônio complementou informando que a porcentagem de pessoas vivendo em extrema pobreza caiu em todas as capitais do país entre os anos de 2000 e 2010, exceto São Paulo, que cresceu de 8,2% para 8,7%. Em Curitiba, caiu de 5,3% para 3,4%; em Vitória, de 6,0% para 3,9%; em Belo Horizonte, de 6,1 para 3,8%; em Porto Alegre, de 8,7% para 5,8%; no Rio de Janeiro, de 8,8% para 8,15; em Brasília, de 9,2% para 4,9%; em Salvador, de 21,3% para 12,0%; e, em Recife, de 23,6% para 13,3%.

Maína Celidônio destacou que, a partir do índice de Gini, gerado através de estimativas produzidas com microdados do Censo 2000 e 2010, observa-se que a desigualdade aumentou em algumas capitais, como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Vitória e Recife. Em Curitiba, Belo Horizonte, Brasília e Salvador houve diminuição das desigualdades. Acrescentou que, analisando a taxa de crescimento anual da renda por décimos da distribuição nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo na última década, constata-se que a renda dos 10% mais ricos cresceu mais que o do resto da população. O crescimento negativo da renda dos 10% mais pobres é explicada por problemas de preenchimento do questionário do Censo 2010, que atribuiu renda igual a 0 à aqueles que não queriam declarar renda.

Ricardo Henriques informou que, para algumas cidades, o Censo não captou a mesma tendência que a PNAD. Segundo o Censo, para algumas cidades, a desigualdade aumentou, mas esse resultado não condiz com a realidade em que a desigualdade caiu. Os dois extremos da distribuição de renda foram mal captados, pois os que não queriam declarar renda, responderam renda zero. Se considerarmos os centis, a situação se torna ainda mais grave. Será apresentada, apenas para o Rio de Janeiro, uma nota técnica corrigindo as distorções.

Para minimizar os erros, será utilizado o índice de Theil desconsiderando os zeros da distribuição.

Luís Antônio informou que há uma resistência do IBGE em captar a renda pelo Censo, pois neste não há a mesma preocupação com a qualidade das equipes que na PNAD, realizada por técnicos treinados e experientes. A tendência é que se tire do Censo as variáveis sensíveis à qualidade da entrevista, como a renda, que deve passar a ser captada pela PNAD.

Observando o 1º decil da taxa de crescimento anual verifica-se, de acordo com a PNAD, um crescimento de 4,5%, enquanto que, de acordo com o Censo, há uma queda de - 2,7%. Os dados apresentados captam renda, mas não patrimônio.

Houve uma grande distorção nos dados, em especial nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. É importante analisar as características dos “zeros” declarados.

Quando se cruza a renda com a focalização do Cadastro único, é registrada uma péssima focalização nos bairros do Leblon e Ipanema, em 2010.

Ricardo Henriques informou que as distorções geradas pelos “zeros”, que só serão consertadas para a cidade do Rio de Janeiro, prejudicará a comparabilidade com outras cidades.

Jáilson de Souza levantou a hipótese de que, por medo de ter o Bolsa Família cortado, muitas pessoas declararam renda “zero” para não perder o benefício.

A renda domiciliar *per capita* na cidade do Rio de Janeiro foi, em 2000, de R\$ 1.181,10, e, em 2010, de R\$ 1.420,90, resultando numa taxa de crescimento de 20,3%.

Divididos por sexo, em 2000, as mulheres apresentavam renda domiciliar *per capita* de R\$ 1.172,40, enquanto que os homens, R\$ 1.190,90. Já em 2010, as mulheres apresentavam R\$ 1.407,10, e os homens, R\$ 1.436,10. Ou seja, a taxa de crescimento foi de 20,0% para as mulheres e 20,6% para os homens.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Em relação à raça ou cor, em 2000, os brancos apresentavam renda domiciliar *per capita* de R\$ 1.577,50, enquanto que os negros, R\$ 604,30. Em 2010, esse número mudou para R\$ 2.006,70, para os brancos e R\$ 793,00 para os negros. Assim, a taxa de crescimento foi de 27,2% para os brancos e 31,2% para os negros.

A renda domiciliar *per capita* por idade subiu na maioria das faixas, mas a renda domiciliar *per capita* média dos domicílios habitados por jovens entre 17 e 24 anos mantiveram-se constante em termos reais. As crianças apresentaram renda domiciliar *per capita* mais baixa. Isso pode ser explicado pelo fato de famílias com crianças terem razão de dependência maior. Famílias com pessoas idosas são em geral lares menores, ou lares com mais de uma fonte de rendimentos (entre transferência e renda do trabalho).

Mauro Osório frisou que o número de jovens entre 15 e 24 anos sem trabalhar nem estudar no Jacarezinho era de 33% em 2010, um número muito alto se comparado ao da cidade do Rio de Janeiro, com 21%, Belo Horizonte, com 16% e São Paulo, com 19%.

Em relação ao gênero, a renda domiciliar *per capita* média dos homens era, em 2010, mais alta do que de mulheres em praticamente todas as idades.

A renda domiciliar *per capita* de brancos aumentou mais com a idade do que a dos negros.

As Áreas de Planejamento 2 (Zona Sul e Tijuca) e 4 (Barra/Jacarepaguá) tem as maiores rendas domiciliares *per capita* média. A AP5 apresenta a menor.

Os conselheiros alertaram para a utilização de escalas diferentes nos gráficos de gênero e cor.

Luís Antônio considerou que o corte de geração deve tender a diminuir a diferença entre os gêneros notada em 2010.

➤ **Mercado de trabalho**

A renda média do trabalho na cidade do Rio de Janeiro era de R\$ 2.043,80 em 2000 e R\$ 2.067,00 em 2010, perfazendo uma taxa de crescimento de 1,1%.

Em relação ao sexo, a renda média do trabalho da mulher cresceu. Era de R\$ 1.571,40 para mulheres e de R\$ 2.389,00 para os homens em 2000 e passou a ser de R\$ 1.716,30 para as mulheres e de R\$ 2.358,90 para os homens, em 2010. Ou seja, a taxa média de crescimento da renda média entre esses anos foi de 9,2% entre as mulheres e de -1,3% para os homens.

Quanto à cor ou raça, a renda média do trabalho dos brancos era de R\$ 2.642,20 e a dos negros era de R\$ 1.152,80. Em 2000, passou a ser de R\$ 2.770,90 para os brancos e de R\$ 1.290,00 para os negros. Ou seja, a taxa média de crescimento da renda média entre 2000 e 2010, para os brancos foi de 4,9% e para os negros de 11,9%.

Observando a renda média do trabalho por idade, tem-se uma queda da renda real na faixa entre 40 e 60 anos.

Maína Celidônio destacou que a renda média do trabalho das gerações mais jovens se aproximou se a compararmos nos anos de 2000 e 2010.

Mauro Osório informou que, segundo dados da RAIS, a mulher jovem está mais escolarizada que o homem, mas apesar disso, sua renda permanece mais baixa que a do homem.

Considerando a renda do trabalho por faixa etária e cor, observa-se que, a partir dos 25 anos, os brancos tendem a apresentar uma renda média muito superior aos negros. Isso pode ser atribuído ao fato de os brancos apresentarem maior escolaridade.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Maína Celidônio disse que a taxa de participação, ou seja, pessoas que estão ocupadas ou procurando emprego, diminuiu entre os anos de 2000 e 2010 entre os jovens e cresceu entre os mais velhos, a partir dos 45 anos.

Os jovens estão se escolarizando e as pessoas mais velhas trabalhando mais, que pode ser explicado pelo fato das pessoas mais velhas estarem apresentando mais saúde. Esse grupo de pessoas mais velhas pode estar financiando a escolarização dos mais jovens.

Alcides Carneiro disse que a renda cai quando a pessoa se aposenta. Por isso, cada vez mais as pessoas têm se mantido empregadas por mais tempo.

Luís Antônio informou que o fato de as pessoas mais velhas estarem trabalhando pode ser reflexo do aumento da expectativa de vida.

Analisando o salário médio dos trabalhadores de 25 anos ou mais na cidade do Rio de Janeiro por grupo educacional em 2010, observa-se que a média salarial das pessoas que possuíam nível superior completo, era surpreendentemente maior que daquelas de nível inferior a este. Notou-se pouca diferença na média salarial das pessoas que completaram o Ensino Fundamental e daquelas que concluíram o Ensino Médio.

Segundo o Censo 2000, a maior parte das pessoas com 25 anos ou mais possuía nível fundamental completo. Em 2010, a maior parte das pessoas já havia concluído o nível médio. Houve, portanto, um substancial aumento da escolaridade da força de trabalho entre esses anos.

Assim, o *gap* de qualificação da mão-de-obra para a indústria é falacioso, mais da metade dos trabalhadores (54%) atingiu o nível de qualificação que a indústria deseja.

Mauro Osório informou que, comparando o Rio de Janeiro e Região Metropolitana, observa-se que a diferença de escolaridade entre os moradores da periferia da RMRJ e a cidade do Rio de Janeiro não é alta. A diferença residia na menor oferta de empregos na Região Metropolitana em relação à cidade do Rio de Janeiro. Assim, havia, em 2010, trabalhadores qualificados na Região Metropolitana, mas muitos trabalhavam na cidade do Rio de Janeiro.

Maína Celidônio disse que, segundo o Censo, a renda média do trabalho por AP apresenta padrão idêntico ao da renda domiciliar *per capita*, com a AP5 apresentando pior renda que as demais APs em 2010.

Maína Celidônio informou que os três bairros ou grupos de bairros que apresentavam maior porcentagem de desempregados em 2010 era Mangueiras, Jacarezinho e Santa Cruz.

Alcides Carneiro ressaltou que a área central se expandiu para a Zona Sul, onde atualmente se constitui como um centro de trabalho.

A taxa de participação, ou seja, o número de pessoas ocupadas somado ao de desempregados que estão procurando emprego, dividido pela população em idade ativa era menor na AP5 em 2010, área que também registra maior taxa de desemprego.

Jailson de Souza sugeriu que a taxa de participação fosse analisada de acordo com o gênero.

Quanto à porcentagem de trabalhadores com carteira de trabalho, tem-se que a AP5 era líder em informalidade em 2010. É importante ressaltar que no Rio de Janeiro, por ter sido capital federal, possui muitos funcionários público que, em geral, não possuem carteira de trabalho. Por isso, é interessante retirar dessa análise os contas-próprias, empregadores e funcionários públicos.

Em relação à porcentagem de pessoas com 25 anos ou mais por posição na ocupação, registrou-se um aumento, entre os anos de 2000 e 2010, da proporção de empregados com carteira de 7% e queda da proporção de contas-



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

próprias, empregadores e sem carteira. Para essa análise, somente se tratou da formalidade do trabalho principal, os secundários não foram abordados.

Mauro Osório disse que nem sempre o fato da porcentagem de pessoas com 25 anos na categoria de empregador cair é um indicativo ruim, pois podem estar trabalhando em uma empresa privada melhor remuneração.

Comparando a porcentagem de pessoas com 25 anos ou mais por posição na ocupação no Brasil, cidade do Rio de Janeiro e Região Metropolitana excluindo a capital, em 2010, observa-se que a proporção de empregados com carteira assinada no Rio e RMRJ era bem superior à do Brasil. Entretanto, a porcentagem de pessoas sem carteira assinada na Cidade era menor que na RMRJ e em São Paulo, e a porcentagem de funcionários públicos era maior.

Segundo a PNAD (2006), conta-própria é pessoa que trabalha em seu próprio empreendimento, explorando uma atividade econômica sem ter empregados, individualmente ou com sócio, com auxílio ou não de trabalhador não-remunerado.

Considerando a distribuição das pessoas com 25 anos ou mais por setores de atividade no RJ e RMRJ, em 2010, constata-se que existia maior proporção de serviços na cidade do Rio de Janeiro do que o resto da RMRJ e, como esperado, menos na indústria de transformação.

Mauro Osório informou que os dados da RAIS registram que há na cidade do Rio de Janeiro aproximadamente 190.000 empregos na indústria de transformação.

Jailson de Souza disse que os empregos estão concentrados no Centro, mas as moradias estão sendo construídas na AP5.

Mauro Osório informou que cresceu o emprego para os setores de alta renda e a oferta de mão-de-obra não respondeu suficientemente rápido.

Com a densificação da atividade produtiva, tendem a crescer as distâncias entre as rendas do trabalho, devido à criação de empregos mais qualificados.

Observa-se uma enorme desigualdade de rendimento médio dependendo da posição na ocupação. A diferença entre empregados e empregadores é enorme. Os funcionários públicos continuam com um rendimento superior ao trabalhador com carteira assinada.

Mauro Osório disse que, na cidade do Rio de Janeiro, por ter sido capital federal, existem muitos funcionários federais puxando o rendimento do funcionário público para cima.

Os professores de Universidades e Ensino Superior do ensino público apresentavam, em 2010, um rendimento superior aos do ensino privado. E o rendimento médio dos professores do ensino pré-escolar, fundamental e médio era bem inferior aos dos Professores de Ensino Superior.

➤ **Condições de Vida**

Analisando o tempo de deslocamento para o trabalho das pessoas com 25 anos ou mais por AP, em 2010, observa-se que aproximadamente 40% da população residente na AP5 levava mais de uma hora para chegar ao trabalho, na AP1, essa porcentagem era, em média, de 11%. Esse tempo com deslocamento ocasiona perda da renda do trabalho.

Considerando o custo total de tempo (ida e volta) e precificando esse custo (pelo salário-hora), o custo econômico era de 12,5 bilhões de reais em 2010, ou 6,34% do PIB da Cidade em 2010 (PIB de 2009, corrigido pela taxa de crescimento nominal do PIB brasileiro entre 2009 e 2010).



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Para efeito das horas, considerou-se como duas horas o tempo gasto por quem reportou mais de duas horas; 1,5 hora quem reportou entre uma e duas horas; 45 minutos quem reportou entre meia e uma hora; quinze minutos para quem reportou entre 5 minutos e trinta minutos; 5 minutos para quem reportou cinco minutos ou menos. Cada combinação (AP, faixa horária) recebeu um salário/hora médio, ou seja, existem 50 categorias de salário-hora.

Essa é uma medida da perda de eficiência econômica gerada pela infraestrutura de transporte urbano deficiente. A distribuição dessa perda de eficiência econômica é desigual na cidade, sendo muito maior na AP4, onde a hora trabalhada é muito mais valiosa e onde o tempo de deslocamento é alto.

Paradoxalmente, na AP 5.3 o custo de eficiência econômico é baixo porque o salário-hora é muito baixo naquela área. Assim, do ponto de vista de eficiência econômica, vale a pena investir, prioritariamente, no transporte ligando AP.4 a AP 2.1, a exemplo da linha 4 do metrô.

Mauro Osório informou que quando se observa os dados, o tempo de deslocamento na RMRJ é pior que na RMSP.

Jailson de Souza ressaltou que as políticas de transporte reforçam a centralidade da Barra da Tijuca. Mauro Osório complementou que a Barra da Tijuca possui apenas cerca de 7% do emprego formal da Cidade.

➤ **Infraestrutura**

1. Coleta de lixo

A pergunta 2.06 do questionário curto era: "O lixo deste domicílio é: 1 - coletado diretamente por serviço de limpeza; 2 - coletado em caçamba de serviço de limpeza; 3 - queimado (na propriedade); 4 - enterrado (na propriedade); 5 - jogado em terreno baldio ou logradouro; 6 - jogado em rio, lago ou mar; e 7 - tem outro destino". Para efeito desse estudo, foi considerada uma coleta de lixo adequada às enquadradas nas categorias 1 e 2.

Em comparação com o resto do Brasil, as capitais selecionadas - Curitiba (0,09%), São Paulo (0,21%), Vitória (0,22%), Porto Alegre (0,28%), Belo Horizonte (0,50%), Rio de Janeiro (0,75%), Recife (2,14%), Brasília (2,16%) e Salvador (3,35%) apresentaram porcentagem de domicílios particulares permanentes com coleta de lixo inadequada, menor que na média do Brasil (entre 12 e 13%) em 2010.

Considerando os municípios da Região Metropolitana, aqueles com maior porcentagem de coleta de lixo inadequada foram: Japeri (14,7%), Belford Roxo (11,3%) e Seropédica (7,3%) e os com menor porcentagem foram: Nilópolis (0,3%), Rio de Janeiro (0,7%) e Niterói (1,0%).

Os três bairros que apresentaram maior porcentagem de domicílios particulares permanentes com coleta de lixo inadequada foram: Manguinhos (10,8%), Complexo do Alemão (6,9%) e Gericinó (6,3%).

Fernando Cavallieri propôs que se considerasse como adequada apenas a coleta direta. O palestrante disse que a caçamba também pode ser adequada. Entretanto, deveriam ser criadas alternativas para pessoas com problemas de mobilidade.

Fernando Cavallieri informou que, em algumas áreas de favela, os trabalhadores comunitários que coletavam lixo exerciam um bom trabalho. Jailson de Souza informou que, na Maré, muitas vezes a Associação de Moradores era coagida a contratar traficantes ou pessoas com influência política como trabalhadores comunitários e estes não realizavam a coleta de maneira satisfatória.

2. Abastecimento de água

A pergunta 2.05 do questionário curto era: "A forma de abastecimento de água utilizada neste domicílio é: 1 - rede geral de distribuição; 2 - poço ou nascente na propriedade; 3 - poço ou nascente fora da propriedade; 4 - carro-



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

pipa; 5 – água da chuva armazenada em cisterna; 6 – água da chuva armazenada de outra forma; 7 – rios, açudes, lagos e igarapés; 8 – outra; 9 – poço ou nascente na aldeia; 10 – poço ou nascente fora da aldeia”.

Como resultado tinha-se, em 2010, que 98,5% dos domicílios no Rio declararam ter acesso à rede geral de distribuição de água. Em São Paulo, a taxa era de 99,1% e, no Brasil, 82,9%.

3. Energia Elétrica

A pergunta 2.07 do questionário curto era: “Existe energia elétrica no domicílio? E as respostas: 1 – Sim, de companhia distribuidora (siga para 2.08); 2 – Sim, de outras fontes; 3 – Não existe energia elétrica”. A pergunta 2.08 do questionário curto era: “Existe relógio ou medidor no domicílio? E as respostas: 1 – Sim, de uso exclusivo; 2 – Sim, de uso comum; 3 – Não tem medidor ou relógio”.

Com isso, 100% dos domicílios declararam ter energia elétrica na cidade (comparado a 100% em São Paulo e 98,7% no Brasil). No entanto, a incidência de domicílios com energia elétrica de rede distribuidora e sem medidor foi alta.

Em 2010, a porcentagem de domicílios particulares permanentes com energia elétrica de companhia distribuidora e sem medidor era maior que a média do Brasil nas cidades de Brasília (5,2%), Rio de Janeiro (6,1%), Recife (7,2%) e Porto Alegre (8,3%).

A porcentagem de domicílios particulares permanentes com energia elétrica de companhia distribuidora e sem medidor era maior nos seguintes municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Japeri (22,8%), Seropédica (14,4%) e Queimados (12,3%).

Os três bairros com maior porcentagem de domicílios particulares permanentes com energia elétrica de companhia distribuidora e sem medidor eram Grumari (52,4%), Mangueiras (40,3%) e Mangueira (40,1%).

A diferença entre a porcentagem de domicílios particulares permanentes com energia elétrica de companhia distribuidora e sem medidor em favela e não-favela é muito grande para todas as APs.

4. Esgotamento Sanitário

A pergunta 2.02 do questionário curto era: “Quantos banheiros de uso exclusivo dos moradores existem neste domicílio? E as respostas possíveis eram “x” Banheiro(s) com chuveiro (ou banheira) e vaso sanitário (ou privada) (se 0, seguir para 2.03)”.

A pergunta 2.03 do questionário curto era: “Utiliza sanitário ou buraco para dejetos, inclusive os localizados no terreno ou na propriedade? E as respostas: 1 – Sim (siga para 2.04); 2 – Não.

A pergunta 2.04 do questionário curto era: “O esgoto do banheiro ou sanitário é lançado (jogado) em: 1 – rede geral de esgoto ou pluvial; 2 – fossa séptica; 3 – fossa rudimentar; 4 – vala; 5 – rio, lago ou mar; e 6 – outro.

Assim, em 2010, 99% dos domicílios do Rio tinham banheiro, comparado com 93% para o Brasil.

O esgotamento sanitário considerado inadequado é aquele cujo esgoto do banheiro ou sanitário é lançado em fossa rudimentar, vala, rio, lago ou mar, ou outro.

Fernando Cavallieri ressaltou que, muitas vezes, quem responde o questionário não sabe a diferença entre fossa séptica e rudimentar.

Todas as capitais selecionadas apresentaram menores porcentagens de domicílios com esgotamento sanitário inadequado que a média do Brasil em 2010.

Os municípios da RMRJ que apresentaram as maiores porcentagens de domicílios com esgotamento sanitário inadequado foram: Tanguá (40%), Magé (36%) e Maricá (36%). E os municípios da RMRJ que apresentaram as



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

menores porcentagens de domicílios com esgotamento sanitário inadequado foram: Nilópolis (1%), Rio de Janeiro (5%) e São João de Meriti (5%).

Os três bairros que apresentaram as maiores porcentagens de domicílios com esgotamento sanitário inadequado foram: Grumari (66%), Camorim (40%) e Vargem Grande (37%)

Considerando a porcentagem de domicílios com esgotamento sanitário coletado por rede geral ou pluvial pelas dez áreas programáticas da saúde, observa-se que a AP 5.2, AP 5.3 e AP 4 têm cobertura inferior às demais.

Se dividirmos a porcentagem de domicílios com esgotamento sanitário coletado por rede geral ou pluvial em favela e não favela, observa-se que a “não favela” das AP 5.2 e 5.3 é pior do que as favelas de todas as APs, exceto a AP4.

Programas como o Minha Casa, Minha Vida (MCMV) do governo federal, ao induzirem o aumento da população em áreas sem saneamento adequado e com pouca oferta de emprego tendem a favorecer a criação de *clusters* de pobreza. Uma solução possível seria complementar o MCMV com subsídios da prefeitura e flexibilização urbanística estimulando a concentração de população em áreas com infraestrutura como a AP3.

Jailson de Souza disse que o conceito de favela do IPP deve ser discutido e sugeriu que esse tema fosse tratado no próximo encontro. O conceito atual de favela não leva em consideração as características dos relacionamentos e das paisagens nessas áreas, o potencial inovador e de criação. A favela não deve ser vista como um problema a ser erradicado. Deve-se romper com as idéias negativas sobre essas áreas. O palestrando sugere convidar Paulo Ferraz para essa discussão.

Mauro Osório sugeriu que na próxima reunião se discutisse o Prêmio Maurício de Abreu para dissertações e teses.

Ficou acertado que na próxima reunião seria discutido o papel do Conselho para a Cidade e na reunião de agosto, o conceito de favela.

Jailson de Souza disse que o Conselho deveria ser de Estado, não de governo e que este poderia apontar pontos críticos da Cidade. Mauro Osório informou que ocorre uma crítica interna com o intuito de melhorar as políticas públicas.

Eduarda La Rocque disse que pretende que o IPP preste serviços de alta qualidade para as Secretarias e que as críticas internas dos Conselheiros poderiam contribuir para a prestação de serviços de qualidade. Mauro Osório sugeriu convidar o Rio como Vamos para participar do Conselho. Jailson disse que não deveria incluir pessoas jurídicas no Conselho.

Mauro Osório sugeriu maior intercâmbio entre os membros do Conselho e os técnicos do IPP.

Jailson de Souza frisou que é importante o diálogo com a academia e sociedade civil e sugeriu que se premiasse os intelectuais da favela que produziram trabalhos acadêmicos relevantes.

Eduarda La Rocque sugeriu que o Prêmio fosse bienal e que o IPP tentasse fortalecer os laços com a academia

Mauro Osório agradeceu aos conselheiros e aos demais convidados. A seguir, encerraram a reunião. A geógrafa Vânia Amorim tomou notas e elaborou esta Ata, que vai assinada pelos Conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos Conselheiros e constarão da ata do próximo encontro do Conselho.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 2012.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

CONSELHEIROS

MAURO OSÓRIO DA SILVA
PRESIDENTE

RICARDO MANUEL DOS SANTOS HENRIQUES
IPP

SERGIO FERRAZ MAGALHÃES
IAB/RJ

LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO
IPPUR/UFRJ

ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO
UFRJ

JEAN LEONARDUS CARIS
CASA CIVIL

MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO
PUC-RIO

JORGE GUILHERME DE MELLO BARRETO
CEPERJ

JAILSON DE SOUZA E SIVA
OBSERVATÓRIO DE FAVELAS UFF

SILVIA RAMOS
UCAM

WASMÁLIA BIVAR
IBGE

MARCELO CORTES NÉRI
FGV

LUIZ MARTINS DE MELO
IE/UFRJ

BRUNO JORGE VAZ SASSON
SESEDEC